

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. Henrique Vieira e do Sr. Ivan Valente)

Apresentação: 24/05/2024 17:50:24.530 - CDHMIIR

REQ n.52/2024

Requer a realização do Seminário sobre uso da força nas operações policiais no estado de São Paulo, à realizar-se na cidade de São Paulo para debater sobre a Operação Verão, que esteve em curso na Baixada Santista, litoral paulista.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do Seminário sobre uso da força nas operações policiais no estado de São Paulo, para debater a Operação Verão, ofensiva mais violenta dos últimos anos.

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

1. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
2. Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Diretoria de Defesa dos direitos Humanos;
3. Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo - Claudio Silva;
4. Defensora Pública do Estado - Núcleo Igualdade Racial-SP - Fernanda Balera;
5. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Federal - Silvia Sousa;



6. Assistente Social e Coordenadora da Rede Contra o Genocídio da Juventude Negra de SP - Edjane Ribeiro;
7. Violência Urbana - Uniabc - Prof. Dr. Weber Batista;
8. Jornalista e Prof. Dr. USP - Bruno Paes Manso (autor do Livro Bíblia e Fuzil);
9. Coalizão Negra por Direitos - Douglas Belchior;
10. Sociólogo - Prof. Dr. Hélio Santos;
11. Membro CPI Contra o Extermínio da Juventude Negra - Prof. Dr. Dennis de Oliveira;
12. Ex- Ministra do Ministério da Igualdade Racial no Brasil, que atuou no Programa Juventude Negra Viva - Matilde Ribeiro;
13. Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policia - Francine Pereira Sanches;
14. Deputada Estadual e membra da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários de SP - Ediane Maria
15. Movimento Mães de Maio, Débora Silva;
16. AMPARAR – Associação de Amigos/as e familiares de presos/as, Railda Alves;
17. Ação Negra, Tabata Sousa da Luz Ribeiro;
18. Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Maurício Dieter.

JUSTIFICAÇÃO

A “Operação Verão” teve início no corrente ano, na Baixada Santista/SP e trata-se de uma ação conjunta entre Polícia civil e Polícia militar do Estado, que até o presente momento deixou 56 civis e 2 policiais mortos em supostos confrontos, sendo assim a operação mais violenta dos últimos 07 anos.



Nossa preocupação reside no fato de que essa operação não se trata de um caso isolado, já que as incursões policiais se iniciaram ainda no ano de 2023 com a *"Operação Escudo"*, que deixou um saldo de 28 mortos – dados de julho a setembro de 2023 – Isso quer dizer que mesmo que formalmente a *"Operação Verão"* tenha se findado em 1 de abril de 2024, não sabemos quais serão as próximas etapas das apostas de segurança pública do Governo Tarcísio de Freitas.

A iniciativa de política de Segurança Pública defendida pelo governador Tarcísio de Freitas e seu Secretário de Segurança Pública Guilherme Derrite é a segunda mais letal da história do Estado de São Paulo, ficando atrás apenas da fatídica execução de presidiários que ficou conhecida popularmente como *"massacre do Carandiru"*.

Para essas operações foram mobilizados mais de 3 mil agentes de 23 batalhões de Operações Especiais do estado para a cidade de Guarujá, alguns dos agentes eram lotados em locais há mais de 400 km de distância da baixada santista¹. Para além disso, dados da Secretaria da Segurança Pública - SSP informaram que dos 23 batalhões participantes da operação apenas 11 tinham câmeras corporais.

Depois de um aumento de 400% de mortes causadas por policiais na baixada santista, a Ouvidoria de Polícias de São Paulo afirmou que considera "estatísticas de tragédias humanitárias" o número de suspeitos mortos. Segundo o órgão, os relatos de parentes das vítimas demonstram excessos nas ações policiais que precisam ser investigadas "para o bem da própria corporação".

Nos primeiros meses do ano, o Ministério Público de São Paulo criou um grupo de trabalho com quatro promotores para acompanhar as operações policiais na Baixada Santista, em resposta à ofensiva e aos excessos.

Diante disso, no dia 22 de fevereiro de 2024 enviamos um ofício ao MP/SP, requerendo providências e informações acerca dos casos de intervenção policial que têm resultado na morte de civis e militares na Baixada Santista e Infelizmente obtivemos uma resposta vaga. Vejamos:

¹ 4 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policial-e-morto-no-litoral-de-sao-paulo-e-pm-anuncia-nova-operacao-escudo/>



“Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de informá-lo, em resposta ao ofício em epígrafe, que as investigações acerca dos casos de intervenção policial com resultado morte ocorridos na Baixada Santista estão em andamento, salientando que o Ministério Público instituiu o “Projeto Especial - Operação Verão” para acompanhar a situação emergencial naquela região e assegurar a efetividade do controle externo da atividade policial, a observância dos direitos fundamentais e a coleta eficiente de provas para esclarecimento de eventual prática de crimes, tudo visando a propiciar adequada reação estatal. No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.”

Não há como negarmos a possibilidade dessa operação que despendeu recursos financeiros relevantes para o Estado de São Paulo e que amedrontam moradores de toda baixada santista, tenha sido uma ação de vingança empenhada por agentes públicos, em resposta à morte do soldado Patrick Bastos Reis, da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar - ROTA, na cidade de Guarujá, no dia 27 de julho de 2023.

É notório que as Instituições apenas refletem a opção política do governador do Estado que em recente declaração afirmou²: *"Sinceramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU [Organização das Nações Unidas], pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí".*

Num cenário como este, a resistência do Governador do Estado de São Paulo em manter o uso de Câmeras corporais é ainda mais preocupante, pois dificulta ainda mais a elucidação dos casos e a identificação das situações em que realmente houve confronto, bem como daquelas em que o homicídio pode ser caracterizado como Execução Sumária.

Pela urgência e importância do tema solicitamos o apoio dos pares para aprovação deste requerimento.

² <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pode-ir-na-onu-pode-ir-na-liga-da-justica-no-raio-que-o-partaque-eu-nao-to-nem-ai-diz-tarcisio-sobre-denuncias-contracoacoes-no-litoral/>



Sala das Comissões, 23 de maio de 2024.

Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ
Deputado Federal

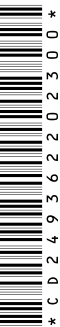
Ivan Valente - PSOL/SP
Deputado Federal

Apresentação: 24/05/2024 17:50:24.530 - CDHMI/R

REQ n.52/2024



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249362202300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pastor Henrique Vieira e outros





Requerimento **(Do Sr. Pastor Henrique Vieira)**

Requer a realização do Seminário sobre uso da força nas operações policiais no estado de São Paulo, à realizar-se na cidade de São Paulo para debater sobre a Operação Verão, que esteve em curso na Baixada Santista, litoral paulista.

Assinaram eletronicamente o documento CD249362202300, nesta ordem:

- 1 Dep. Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

